

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

## A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO A PARTIR DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL LUKACSIANA

Daniel Handan Triginelli<sup>1</sup>  
Hormindo Pereira de Sousa Junior<sup>2</sup>  
Celeste Deográcias de Souza Bitencourt<sup>3</sup>

### Resumo

O artigo tem como objetivo realizar análise teórica na produção do conhecimento na obra “Para uma Ontologia do Ser Social” de György Lukács. Buscaremos identificar, entender e explicitar a importância da produção de conhecimento apoiado no procedimento da leitura e análise imanente. A leitura imanente é o procedimento adotado para se alcançar a gênese e o telos do objeto social em sua historicidade. A realização deste estudo pretende contribuir com o leque de compreensão em torno da produção científica a partir da Ontologia do Ser Social.

**Palavras chaves:** Ontologia do Ser Social; Produção de conhecimento; Conhecimento

### Introdução

Este artigo pretende realizar análise teórica da produção de conhecimento na obra “Para Uma Ontologia do Ser Social” de Lukács. Desde já, coloca-se que, buscar-se-á identificar, entender e explicitar sua importância na produção de conhecimento apoiado no procedimento da Ontologia do Ser Social. Pensando no exposto acima, traçamos como necessário o aprofundamento de estudo teórico dos capítulos “A Falsa e a Verdadeira

---

<sup>1</sup>Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFGM) – Av. Antônio Carlos, nº 6627, Pampulha CEP31270901 – Belo Horizonte – Minas Gerais – BRASIL. Email: [daniellic.bchistoria@yahoo.com.br](mailto:daniellic.bchistoria@yahoo.com.br).

<sup>2</sup>Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais; Programa de Pós-Graduação em Educação FaE/UFGM. Av. Antônio Carlos, nº 6627, Pampulha – Faculdade de Educação CEP31270901 – Belo Horizonte – Minas Gerais - BRASIL. Email : [hormindojunior@gmail.com](mailto:hormindojunior@gmail.com).

<sup>3</sup>Geógrafa, Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana, atualmente Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFGM). Avenida Antônio Carlos, 6627. Pampulha. Belo Horizonte - Minas Gerais – BRASIL. CEP31270901 - E-mail para contato: [celdeminasfae@yahoo.com.br](mailto:celdeminasfae@yahoo.com.br), Telefone: (31) 8883-6882

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Ontologia de Hegel” e “Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx” na obra do filósofo húngaro György Lukács.

Foi utilizado o procedimento de leitura e análise imanente para se alcançar os resultados alcançados e apresentados neste artigo. O Procedimento da leitura e análise imanente compõe o conjunto de possibilidades no sentido de apreender a realidade. Este procedimento propiciou identificar os elementos que constituíram o desenvolvimento histórico da produção de conhecimento nos capítulos “A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel” e “Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx” pertencentes a obra “Para uma Ontologia do Ser Social” de György Lukács.

Pelo procedimento de leitura e análise imanente, busca-se localizar aquilo que está evidente e nas entre linhas do texto que se lê e analisa. Neste sentido, a partir deste procedimento procura-se em suas análises alcançar a gênese e o telos do objeto social, dar prova de que compreendeu para então por a prova, analisar e criticar o resultado em sua historicidade. (CHASIN, 2009)

A partir do procedimento exposto, este estudo pretendeu apresentar um momento importante do percurso filosófico de György Lukács, pois, a partir da década de 30 do século XX, após autor ter contato com “Manuscritos Filisóficos-econômicos” de Marx, textos estes que evidenciaram, de maneira definitiva, a produção filosófica marxiana sustentada pela Ontologia do Ser Social. Ao localizar esta estrutura teórica/filosófica de apreensão da realidade histórica na abordagem de Marx, Lukács elabora importantes análises e apontamentos que evidenciam de maneira concreta a superioridade da filosofia marxiana em relação às filosofias pré-marxiana. Esta superioridade esta expressa na inversão teórica realizada pelo filósofo alemão em relação a seus antecessores, em especial Hegel. Conforme o autor, a teoria hegeliana esta pautada sob o idealismo da constituição da realidade pela razão, pelo pensamento. Ao contrário, Marx delimita sua filosofia a partir da realidade, do ser concreto, da realidade material e histórica.

## **Filosofia pré-marxiana a partir de Lukács: uma breve exposição**

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Lukács, ao se aprofundar nos estudos filosóficos, em especial na filosofia alemã, mergulhou nos estudos de autores clássicos, concentrou bastante energia nos estudos das obras de Kant e Hegel para, só mais tarde, alcançar a obra marxiana e aprofundar nos estudos da teoria e, consequentemente, na Ontologia do Ser Social de Marx. Para Lukács, desde Kant a filosofia clássica, em especial a alemã, ocupa-se em buscar na razão a compreensão do mundo pós-revolução francesa. Desta maneira, os percursos históricos da passagem ontológica da razão em direção ao presente racional, determinado pelo sistema racional e construído pelo iluminismo, tem, pelo sistema racional de Kant, retomado os princípios iluministas na organização e moldura do mundo burguês constituído a partir da revolução francesa (LUKÁCS; 1979a; 9).

Neste movimento filosófico, chama atenção para avanços importantes da filosofia hegeliana:

Hegel assume uma colocação particular entre esses dois extremos; quer demonstrar filosoficamente que o próprio presente é um reino da razão, com o que a contradição termina por se elevar a categoria ontológica e lógico-dialético consciente entre os grandes filósofos. Mas é o primeiro – após Heráclito – para quem a contradição forma o princípio ontológico último e não algo que de algum modo deva ser filosoficamente superado, ainda era o caso na “intuição intelectual” de Schelling. A contraditoriedade como fundamento da filosofia e, em combinação com isso, o presente real como realização da razão constituem, por conseguinte, os marcos ontológicos do pensamento hegeliano. Essa combinação faz com que lógica e ontologia se explicitem e articulem um Hegel num grau de intimidade e de intensidade até então desconhecido. (LUKÁCS; 1979a; 10)

Durante muito tempo pairou sob a filosofia de Hegel os méritos de ter-se relacionado razão e realidade, feito até então inédito no meio filosófico, “[...] que se colocaria além de qualquer problematidade; [...]” (LUKÁCS; 1979a;10). Entretanto,

Vista mais atentamente, essa unitariedade – que, em princípio, pode parecer fascinante ou repugnante – cai em pedaços; e, com efeito o marxismo – com a ação materialista de “por sobre os pés” o idealismo hegeliano apoiado sobre a cabeça – criticou desde o início precisamente a oposição existente em Hegel entre sistema e método. (LUKÁCSa; 1979a; 10)

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Lukács explica que a sobrevivência de Hegel no campo teórico/filosófico se dá no reconhecimento dos clássicos de Marx, quando o último reconhece o mérito e importância da obra hegeliana:

[...] em primeiro lugar, como reconhecimento da contraditoriedade do presente, como problema não só do pensamento, mas também da própria realidade, como problema, sobretudo ontológico; e um problema que transcende de muito o presente, já que é entendido como base dinâmica da inteira realidade e, enquanto fundamento dessa realidade, como base também de todo pensamento racional a cerca dela (LUKÁCS; 1979a; 11).

Posto isto, Lukács entende que para Hegel: “A aguda emergência da contraditoriedade em seus dias, portanto, é para Hegel apenas a culminação de um processo dialético que, partindo da natureza inorgânica e atravessando a vida e a sociedade, explicitou-se até alcançar aquele ponto culminante” (LUKÁCS; 1979a; 11). Ou seja, Lukács defende que Hegel deve ser compreendido como o primeiro articulador “[...] entre sequência dialética e historicidade real” (LUKÁCS; 1979a; 11). Não sendo, portanto, “[...] um simples devir universal, como em Heráclito, nem uma sucessão de graus na compreensão do mundo por parte do pensamento [...]” (LUKÁCS; 1979a; 11). No entendimento de Lukács a dialética funciona neste sistema como propulsora na história, recebendo e reconhecendo o peso ontológico que a filosofia até então não havia lhe atribuído (LUKÁCS; 1979a; 11).

Conforme as interpretações de Lukács, Marx classificará a teoria hegeliana como “[...] esterco de contradições”. Acima, procuramos apresentar o primeiro momento que compõe este “esterco”, demonstrando a positividade presente na descoberta da dialética na filosofia hegeliana. Entretanto, em seguida o autor expõe outro momento. Trata-se de entender que:

a concentração no presente enquanto reino da razão efetivamente alcançado expulsa da dialética, por um lado, todos os elementos necessariamente subjetivistas (que se recorde Fourier) e sublinha o seu caráter ontológico objetivo; mas, por outro, a mesma concentração oculta em si uma profunda e insolúvel contradição. O presente pode alcançar um fundamento ontológico genuíno tão somente enquanto ponte entre o passado e o futuro; todavia, se ele é a realização efetiva das potencialidades internas da dialética precisamente em sua realidade e por causa de sua realização, então o processo teria de terminar; e aquilo que até esse momento aparecia como o motor ontológico da realidade deve frear o próprio movimento para a frente, orientado para o enriquecimento

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

interior, para se converter em simples momento da própria auto reprodução (LUKÁCS; 1979a; 11-2).

A partir deste movimento, Lukács reconhece a existência de processos singulares desse tipo, mesmo que em termos relativos, não sendo de maneira absoluta, é possível verificar amplamente a aparição de características similares “[...] nos processos vitais tanto ontogenéticos quanto filogenéticos” (LUKÁCS; 1979a; 12). Reconhece também, o fato de, por outro lado, ser verdadeiro “[...] que as tendências que regulam a existência de formações específicas não podem ser pura e simplesmente generalizadas e tornadas válidas para o processo global da realidade” (LUKÁCS; 1979a; 12).

De acordo com Lukács esta é uma questão que, assim como tentativa de resolução em sentido determinado, estão presente com frequência na filosofia da história. “A visão do mundo que disso decorre, por exemplo, as mais variadas concepções utópicas, qualquer que seja sua orientação (para adiante ou para trás)” (LUKÁCS; 1979a; 12). Desta maneira: “Na verdade, as antinomias que podemos encontrar nas respostas a tal dilema não são nem homogêneas nem equivalentes” (LUKÁCS; 1979a; 12). Por isso, as utopias que pretendem reconstituir no presente a realidade passada “[...] tem de negar no plano ontológico a irreversibilidade do tempo e, desse modo, entram *a priori* em contradição com toda ontologia racional” (LUKÁCS; 1979a; 12). Posto isso, entendemos então que:

A visão do mundo que disso decorre – o irracionalismo – só pode superar tais antinomias de modo pseudodialético; sua batalha contra o *ratio* tem como meta, precisamente, apagar tais contradições insolúveis, utilizando de modo inteiramente arbitrário ora uma, ora outra concepção (LUKÁCS; 1979; 12).

Para validar o exposto acima, Lukács desenvolve extensa argumentação para demonstrar marcantes diferenças entre Hegel e os iluministas, alcançado os renascentistas com o intuito em demarcar crítica e teoricamente a diferença e o avanço do primeiro em relação ao segundo. “Bem mais importantes, tanto no sentido filosófico geral quanto para a tentativa de compreender a concepção de mundo de Hegel, são as ideias do iluminismo sobre o reino da razão” (LUKÁCS; 1979a; 13). Lukács (1979a) explica que para os iluministas

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

A razão é aqui o princípio último do ser e do devir da natureza e da sociedade. Tarefa da filosofia é descortinar e revelar esse princípio a fim de que a sociedade se adeqüe às leis eternas, imutáveis da natureza. A coincidência prática e real entre natureza e razão, em si idênticas, torna-se assim na vida social dos homens uma instância do futuro, não uma determinação ontológica do presente. (O iluminismo é uma filosofia que prepara a Revolução Francesa e não, como a de Hegel, a filosofia de seus efeitos) (LUKÁCS; 1979a; 13).

Para ilustrar e demonstrar tal diferença de interesses e compreensões filosóficas, Lukács recorre às descobertas científicas

[...] a partir de Galileu e Newton, a natureza é vista em sua pura objetividade, materialidade, independência e legalidade, obtendo-se assim – na observação do mundo – uma base ontológica definitivamente sólida, que afasta de modo radical todas as concepções teleológicas (antropomórficas em última instância) a cerca da natureza; e trata-se, para o pensamento, de um sólido fundamento ontológico, mesmo quando se leva em conta que a imagem da natureza ainda se apoia substancialmente em princípios mecanicistas (LUKÁCS; 1979a; 13).

Aqui fica clara a apreensão de Lukács frente à impossibilidade em formular ou estabelecer uma “ontologia da vida social” apoiado apenas nos resultados científicos, como os alcançados por Galileu ou Newton, por exemplo. O problema para ele, não está centrado nesta clara impossibilidade, mas no fato de

[...] o iluminismo, reportando-se a grandes modelos como Hobbes ou Spinoza, quer afirmar a qualquer preço uma ontologia unitária da natureza e da sociedade, o seu conceito de natureza – desviando-se da ontologia espontaneamente clara de Galileu e Newton – transforma-se subitamente num conceito de valor (LUKÁCS; 1979a; 13).

Nesta passagem fica compreensível o retorno à presença da base clássica da antiguidade no iluminismo, que, por sua vez, almeja o retorno à antiga estrutura social. Entretanto, conforme Lukács (1979a), se valer da utilização simultânea, inconsciente de ambas metodologias, que são auto excludentes por definição, ainda considerando a maior contradição acentuada no sentido de,

por trás da natureza como conceito de valor, não há um mero dever-se subjetivista, mas, ao contrário, uma ontologia do ser social também espontaneamente objetiva – provoca as mais intensas discrepâncias na concepção do mundo do iluminismo antes de mais nada, a necessária e sempre inconsciente

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

transformação da visão materialista da natureza numa visão idealista da sociedade e da história (LUKÁCS; 1979a; 13-4).

Por outro lado, não podemos esquecer que toda a fundamentação teórico/filosófica dos iluministas está pautada na continuidade, presa as tendências provindas dos Renascentistas, são heranças do renascimento. Portanto, a meta perseguida por estes filósofos é a construção de uma “ontologia unitária imanente”, pretendendo desta forma, “suplantar a ontologia transcendente-teleológica-teológica. Por trás dessa tentativa, está a grandiosa ideia de que a ontologia do ser social só pode ser edificada sobre o fundamento de uma ontologia da natureza” (LUKÁCS; 1979a; 14).

Como ocorreu em todas as correntes antecessoras aos Iluministas, esses também fracassaram e, esse fracasso, é compreendido pelo fato de pretenderem “fundar a primeira sobre a segunda de modo demasiadamente unitário, demasiadamente homogêneo e direto, não sabendo captar conceptualmente o princípio ontológico da diferença qualitativa no interior da unidade que se dá em última instância” (LUKÁCS; 1979a; 14).

Para Lukács é compreensível às incoerências encontradas nas formulações iluministas, já que estes não captaram “A fenda ontológica no interior do conceito da natureza e tão-somente a manifestação do fato de que, se não se compreende essa diversidade na unidade, não se pode ser construída nenhuma ontologia coerente” (LUKÁCS; 1979a; 14). Pelo exposto até aqui, é possível perceber “que a rígida unitariedade dogmática do materialismo mecanicista então dominante era extremamente inadequada para captar essa diferenciação” (LUKÁCS; 1979a; 14).

Contudo, alguns rompimentos são percebidos e reconhecidos por Lukács.

A importantes intuições a cerca de uma dialética real no interior do ser social, que podemos encontrar em Diderot, nascem – do ponto de vista do materialismo por ele proclamado – em certa medida *per nefos*; e, que quando Rousseau ilumina momentos essenciais da dialética social (sobretudo as causas e a necessidade dinâmica do processo de afastamento da natureza), abandona com isso, de modo consciente, a ontologia materialista então vigente [...] (LUKÁCS; 1979a; 14).

Ao efetuar este movimento estes autores colocam “a natureza, como categoria central no dever-ser sócio-humanista” (LUKÁCS; 1979a; 14), causando a perda, desta

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

forma, da ligação que existia e estava presa a ontologia materialista da natureza, definindo novo sentido a essa, que representa, a partir deste momento, o “centro de uma filosofia idealista da história” (LUKÁCS; 1979a; 14).

Todo entendimento explicitado por Lukács segue no sentido da história, ou seja, a história para ele se coloca no campo onde o ser de maneira ontológica se constitui a partir da relação estabelecida entre o ser e natureza mediada pelo trabalho. Este elemento dá insumo suficiente para Lukács detectar os pontos de falhas presentes nas filosofias anteriores a Hegel e, em especial, Marx. Seu movimento filosófico tem por finalidade não o “delinear da história” da problemática. Mas, para o autor seria impossível, apresentar de maneira correta, construção teórico explicativa de Hegel, sem localizar a origem da problemática.

Lukács então procura demonstrar que Hegel analisava o momento pós-revolucionário na França e seus efeitos e influências na Alemanha. Dito isto, podemos entender que Hegel estava envolvido naquele momento em problemáticas teóricas em torno de um lado, em especial, os pré-revolucionários e ele próprio dentro do contexto pós-revolucionário (LUKÁCS; 1979a; 15). Assim sendo: “Enquanto Reinhold via no materialismo francês uma aberração espiritual que não encontra guarida na Alemanha”, Hegel considera o iluminismo francês e o idealismo alemão tendências paralelas, que são, porém muito diferentes por causa do “caráter localizado da cultura”; disso resulta que a sua forma na França “aparece no princípio local do objetivo”, enquanto na Alemanha “se localiza, ao contrário, frequentemente sem especulação, na forma do subjetivo” (LUKÁCS; 1979a; 15). Neste sentido, Lukács coloca que:

Tudo isso devia ser lembrado para tornar evidente a ligação que existe, nas questões decisivas, entre a problemática hegeliana e o iluminismo em seu conjunto. A completa novidade das perguntas e das respostas decorre da diferença de situação: pós-revolucionária no caso de Hegel, pré-revolucionária para os iluministas (LUKÁCS; 1979a; 15-6).

Logo de início Lukács reconhece o fato de existir uma ontologia em Hegel, mesmo sendo “substancialmente idealista”. Ele aponta alguns avanços e superioridades do sistema hegeliano em detrimento ao sistema iluminista. Partido deste reconhecimento, Lukács



# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

procura destacar a questão central entre os dois sistemas. No Iluminismo, os filósofos tratam e se referem à relação como “Dupla Verdade”, originária do período renascentista. Essa “Dupla Verdade” estabelecia que as ciências deveria se ocupar dos fatos, fenômenos, ao *telos* e a teologia se deteria as questões relacionadas ao ser a *gênese*. Portanto, existia um limite na produção científica do conhecimento, no sentido de constituição e conclusões ontológicas que ferissem a “verdade” religiosa.

Já em Hegel, este limite é superado, isso no campo do idealismo, mas para Lukács já se trata de um avanço considerável para o campo do pensamento, pois: “[...] Hegel quer assim, a seu modo, projetar uma ontologia em última análise unitária para a natureza e a história, na qual a natureza constitui a base e uma pré-história muda, não intencional, da sociedade” (LUKÁCS; 1979a; 16). Seguindo esta trilha Hegel alcança os caminhos abertos na modernidade e suas tradições que desembocam no Iluminismo.

Mas vai além dessas tradições, já que para ele a natureza pode ser base e pré-história; a dialética da história, desse modo, desenvolve-se certamente de modo direto a partir da natureza, mas apresenta categorias, conexões e legalidades qualitativamente novas, tão numerosas que só podem ser derivadas da natureza em termos dialéticos-genéticos, enquanto no conteúdo – e, portanto também nas formas essenciais – vão nitidamente além da natureza, dela se distinguindo qualitativamente (LUKÁCS; 1979a; 16).

Com este movimento Hegel logra um passo a frente no plano ontológico em relação à elaboração do sistema iluminista. Com esta composição teórica, Hegel constitui uma filosofia pautada em sua composição, desta forma, se move

em direção a sociedade e à história de modo ainda mais energético e abrangente do que no iluminismo; por isso o desaparecimento da ambivalência entre ser ontológico e dever-ser sócio-moral é da máxima importância para o esclarecimento dos problemas centrais (LUKÁCS; 1979a; 17).

Para Hegel o problema central constitui a apreensão da “realização conceptual na compreensão adequada do próprio presente histórico” (LUKÁCS; 1979a; 17). Ao elaborar este entendimento, Hegel

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

nega toda espécie de prioridade do dever-ser em relação ao ser. Isso empresta às suas considerações – não apenas sobre a sociedade e a história – uma notável objetividade, que se situa acima das intenções e dos desejos. Já nisso está presente a nova ontologia, cuja adequada compreensão é a meta última de todo seu pensamento: ou seja, a posição central e máxima da realidade no sistema categorial global, a supremacia ontológica do ser-precisamente-assim da realidade com relação a todas as demais categorias, subjetivas e objetivas (LUKÁCS; 1979a; 17).

Lukács adverte ainda que o mérito de Hegel não esteja tão ligado ao fato de ter detectado e chamado atenção para o problema ontológico, mas sua grandeza está diretamente ligada ao fato de ter localizado “apenas soluções contraditórias e, com frequência, fortemente incoerentes, que levam a consequências insolúveis, também esse fato é ligado à orientação de sua filosofia da história no sentido do presente, em estrita oposição ao passado e ao futuro” (LUKÁCS; 1979a; 17). Desta forma: “A crítica da dialética do dever-ser constitui, por assim dizer, um combate preliminar nessa batalha decisiva da ontologia contemporânea” (LUKÁCS; 1979a; 17).

Apesar de alcançar a superação do dever-ser, em sua polêmica contra Kant, Hegel acaba por construir uma teoria contraditória com o desenvolver da história. Assim sendo, explica Lukács:

Se o que é em-si, enquanto eticidade, existe adequadamente no presente, então a defasagem ontológica entre o sujeito da práxis e a essência dessa é eliminada; por conseguinte, desaparece também o dever-ser, o qual termina por ser superado tanto objetivamente quanto para o sujeito [...]. Como sabemos, já no momento em que a dissolução hegeliana pôs na ordem-do-dia a crítica sistemática dos seus resultados e do seu método, essa questão foi em geral formulada em termos de “fim da história” (LUKÁCS; 1979a; 18).

Por esta formulação Hegel sofreu diversas críticas, entretanto, Lukács coloca, que esta ocorrência se deu por ter sido ignorado o fato da não auto colocação por parte Hegel como profeta dos fins dos tempos. “Mas é certo que, segundo sua concepção, a sociedade chegou no presente a adequar-se à ideia; com isso, a saída desse estágio termina sendo considerada como impossibilidade lógica” (LUKÁCS; 1979a; 18). Neste sentido, o autor aponta dois pontos ontológicos importantes para o desenvolvimento da filosofia hegeliana.

No primeiro, Lukács explica que a história não se constitui de ações imediatas teleológicas de homens ou em situações individuais ou coletivas. Ele entende esta posição

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

hegeliana como justa, por identificar que estas “posições teleológicas” possibilitam o surgimento de “algo mais e diverso”, desta maneira, o resultado destes atos teleológicos possibilitou a superação daquilo que se esperava conseguir em “atos singulares e coletivos” (LUKÁCS; 1979a; 19). Este é um ponto importante, pois Lukács identifica e procura elucidar a riqueza conceitual presente em Hegel, seguindo esta trilha o filósofo húngaro, defende, em certa medida, a criação de um novo conceito, pois,

[...] ao contrário, é o processo global enquanto tal que é chamado a realizar uma finalidade teleológica, a qual já estaria substancialmente realizada no presente hegeliano. Com essa teleologia, a teoria hegeliana da história desemboca, portanto, nas velhas concepções ontológicas de tipo teodíceias [...] (LUKÁCS; 1979a; 19).

Neste ponto o autor evidencia o idealismo na teoria de Hegel. Apesar de apresentar a capacidade teleológica e reconhecer seu importante papel na concepção histórica do ser, Hegel não demonstra o aspecto central da capacidade teleológica no processo de autorrealização humana. Em outras palavras, o presente já existe na mente e na história, porém, Hegel não se prende ou se detém a necessidade de objetivação desta existência para de fato ela existir no presente real no mundo humano, entendendo a história, como resultado, do uso da lógica. Desta maneira o filósofo explica que: “O critério da realização da ideia no presente não se apoia sobre uma espécie de revelação, mas sobre o caráter específico da lógica hegeliana” (LUKÁCS; 1979a; 19).

Por fim, o segundo ponto tratado por Lukács se referencia a partir do primeiro, pois “[...] Essa coincidência de ideia realizada e de presente histórico é metodologicamente fundada sobre uma lógica” (LUKÁCS; 1979a; 19). A partir da análise desta coincidência, o filósofo nos ajuda a compreender o fato de Hegel estabelecer que a “realização da ideia” não está ancorada, entrelaçada ou apoiada em uma “espécie de revelação”, existe a compreensão de que seu entendimento sustenta-se “sobre o caráter específico da lógica hegeliana” (LUKÁCS; 1979a; 19).

## **A filosofia marxiana segundo Lukács: uma breve exposição**

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Para Lukács, ao se realizar leitura correta de Marx se depara com colocações ontológicas referentes ao ser. Porém, em Marx, o filósofo húngaro afirma não encontrar nenhum tipo de tratamento dado aos problemas ontológico: “[...] ele jamais se preocupa em determinar o lugar desses problemas no pensamento, em defini-los com relação à gnosologia, à lógica, etc., de modo sistemático ou sistematizaste” (LUKÁCS; 1979b; 11). Essas dificuldades ou problemas marxianos estão representados nos primeiros escritos de Marx. Neste período a influência de Hegel sobre a filosofia de Marx era grande.

Como foi demonstrado, Hegel, apesar de apresentar a dialética expressada na realidade, ou seja, num suposto materialismo, tem como marca estabelecer que a ideia organiza o mundo e não o contrário. Deste ponto ocorre o rompimento de Marx com a filosofia hegeliana e inflamados debates com os discípulos de Hegel. Lukács apresenta que o primeiro rompimento com o idealismo não foi teorizado por Marx, mas sim por Feuerbach, pois foi o primeiro na filosofia alemã a confrontar idealismo e materialismo.

Longe de realizar qualquer julgamento ao seu limitado desempenho posterior entre Deus e o Ser Humano, Feuerbach oferece uma nova orientação filosófica, pautada em bases ontológicas, mesmo não se apoiando em alicerces da Ontologia do Ser Social. Lukács explica que este movimento pouco impacto causou em Marx a princípio. Posteriormente o filósofo alemão em troca de correspondência demonstra simpatia e receptividade por posições presentes na teoria feuerbachiana, mesmo as vezes sendo posto em relevo somente as críticas. Conforme Lukács (1979b):

Podemos encontrar essa atitude desde as primeiras cartas (já em 1841); ela se revela de uma forma inteiramente explícita – em meio à batalha contra o idealismo dos hegelianos na *Ideologia Alemã*: “Enquanto Feuerbach é materialista, não trata da história; e, quando aborda a história, não é materialista”. (MARX *apud* LUKÁCS; 1979b; 12-3)

Neste movimento Marx reconhece a virada ontológica presente em Feuerbach:

O juízo de Marx sobre Feuerbach, portanto, tem um duplo caráter: o reconhecimento de sua virada ontológica como o único ato filosófico sério desse período; e, ao mesmo tempo, a constatação de seus limites, ou seja, do fato de

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

que o materialismo alemão feuerbachiano ignora completamente o problema da ontologia do ser social. (LUKÁCS; 1979b; 13)

Esta posição marxiana demonstra a clareza de Marx em relação a toda a universalidade filosófica, emergindo as primeiras elaborações a cerca do “posto central que nele assumiam os problemas do ser social” (LUKÁCS; 1979b; 13).

Lukács retorna ao início da constituição da teoria social marxiana para analisar seu desenvolvimento. Neste percurso retoma o debate com a prova lógico-gnosiológica de Kant contra as provas da existência de Deus, para demonstrar sentido ontológico no processo de humanização e construção social do ser. Já neste ponto, Lukács aponta o alicerce para o posterior desenvolvimento da crítica a economia política.

Marx coloca já aqui, portanto, um problema que, mais tarde, quando se tornar economista e materialista, terá grande importância: a função prático-social de determinadas formas de consciência, independentemente do fato de que elas, no plano ontológico geral, sejam falsas ou verdadeiras. Esses raciocínios, relevantes para o desenvolvimento posterior do pensamento de Marx, são integrados de modo interessante em sua crítica a Kant. Esse contestara a chamada prova ontológica de um ponto de vista lógico-gnosiológico, cortando qualquer vinculação necessária entre representação e realidade, negando de modo absoluto todo caráter ontologicamente relevante do conteúdo. O jovem Marx não aceita essa posição – ainda aqui em nome especificidade ontológica do ser social – e observa agudamente que em determinadas circunstâncias, os 100 táleres imaginados podem muito bem ter um papel relevante no ser social. (LUKÁCS; 1979b; 14).

O método lógico de esquematização das conexões que compõe o ser de Hegel é refutado por Marx desde o início. Para o último, o caráter correto se refere ao ser pretendendo alcançar a forma ontológica de investigação da realidade.

Temos, portanto, que no caminho do jovem Marx se delineia com clareza aquela orientação no sentido de concretizar, cada vez mais, as formações, as conexões, etc. do ser social, que – em sentido filosófico – alcançará seu ponto de inflexão nos estudos econômicos marxianos (LUKÁCS; 1979b; 14).

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* é registrada pela primeira vez na história da filosofia a colocação, ou elevação das categorias econômicas como organizadoras da “produção e reprodução da vida humana, tornando assim possível uma descrição

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

ontológica do ser social sobre bases materialistas” (LUKÁCS; 1979b; 15). Este é o ponto de maior expressão da originalidade filosófica da teoria social marxiana, pois rompe com o sistema lógico hegeliano, aceitando os pontos positivos da ontologia feuerbachiana, ao mesmo em tempo que realiza a crítica aos limites dessa filosofia, principalmente, ao seu aspecto religioso (LUKÁCS; 1979b; 15).

O decurso filosófico que leva Marx ao materialismo culmina nessa virada no sentido da economia; se e até que ponto Feuerbach desempenhou um papel nesse processo, é algo que não pode ser estabelecido com clareza, embora seja certo que Marx pôs-se imediatamente de acordo, em princípio, com as ideias de Feuerbach acerca da ontologia da natureza e com sua atitude anti-religiosa. Mas é igualmente certo que, também nesse campo, ele assumiu muito cedo uma posição crítica, que o levou adiante de Feuerbach. No que se refere à filosofia da natureza, ele rechaçou, de modo cada vez mais decidido, a tradicional separação entre natureza e sociedade, que se mantivera insuperada também em Feuerbach, e considerou sempre os problemas da natureza predominantemente do ponto de vista de sua inter-relação com a sociedade. O contraste com Hegel, por isso, vai nele ganhando acentos mais vigorosos que no próprio Feuerbach. Marx reconhece uma só ciência, a ciência da história, que engloba tanto a natureza quanto o mundo dos homens. No que se refere à religião, não se contentou com a relação abstrato-contemplativa entre homem e Deus; à ontologia simplista de Feuerbach (malgrado seu caráter intencionalmente materialista), Marx contrapôs a exigência de levar em conta, concreta e materialisticamente, todas as relações da vida humana e, antes de mais nada, as relações histórico-sociais. O problema da natureza aparece aqui sob uma luz ontológica completamente nova (LUKÁCS; 1979b; 15).

Ao centralizar na produção e reprodução como elemento central na formação do ser social, envolvendo “objetos, relações, vínculos, etc. a dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base” (LUKÁCS; 1979b; 15). Neste sentido, Lukács entra no ponto central da Ontologia do Ser Social marxiana. Neste ponto inicia-se a demonstrar a centralidade do trabalho na constituição do ser social. Desta forma o filósofo expõe que é através do ato de trabalhar que o homem se produz e reproduz em um duplo movimento de transformação mutua.

“O trabalho, portanto, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens” (MARX *apud* LUKÁCS; 1979b; 16).

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

Ao trabalhar o homem se objetiva e transforma coisas da natureza, que não deixam de ser aquilo que são em estado natural, porém, passam a ter um significado a partir do sentido histórico-social. Marx explica que:

“No fim do processo de trabalho, emerge um resultado que já estava presente desde o início na ideia do trabalhador que, portanto, já estava presente de modo ideal. Ele não efetua apenas uma mudança de forma do elemento natural, sua própria finalidade, que ele conhece bastante bem, que determina como lei o modo pelo qual opera e à qual tem de subordinar sua vontade” (MARX *apud* LUKÁCS; 1979b; 16).

Lukács coloca que em todos os momentos, tanto no conjunto, quanto nos processos singulares partem do ser da natureza inorgânica e orgânica. Assim sendo:

Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que se excluem, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados “domínios do espírito”. Mas, de modo de modo igualmente nítido, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do “darwinismo social”. As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais (LUKÁCS; 1979b; 17).

O processo de constituição do ser social se dá em algum momento da história humana a partir do salto ontológico do ser que inicia a objetivação de sua teleologia pelo trabalho. Portanto, o ser que trabalha passa do estado orgânico ao social, pois através da objetivação de sua subjetividade transforma o meio natural ao qual pertence e transforma a si mesmo. Desta maneira, produzindo seu meio de vida e se reproduzindo simultaneamente. Passa a partir daí, a constituir materialmente sua forma de vida. Esse salto ontológico, somado ao seu desenvolvimento propicia a superação da compreensão vulgar do materialismo histórico e amplia a compreensão da centralidade do trabalho no campo da realidade da produção da vida humana (LUKÁCS; 1979b; 17).

Lukács aponta que Marx ao superar o materialismo vulgar e suas formas de existência, eleva a história como a grande ciência. Isso ocorre, pelo fato de ser na história que estão reunidas as formas naturais e sociais de existência, ou seja, nela se processa o

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

movimento da dupla transformação que ocorre com o ser social no ato de transformação de coisas em estado natural para a condição social de existência. As coisas somente se tornam coisas, quando o homem trabalha a matéria natural e lhe concede sentido e utilidade. O homem ao trabalhar e se transformar em ser social inicia o processo de aplicação de algo existente em sua mente em algo objetivado, útil a produção e reprodução da vida, útil socialmente.

A forma da posição teleológica enquanto transformação material da realidade é, em termos ontológicos, algo radicalmente novo. É óbvio que, no plano do ser, temos de deduzi-la geneticamente de suas formas de transição. Também essas, porém, só podem receber uma interpretação ontológica correta quando for captado em termos ontológicos corretos o seu resultado, ou seja, o trabalho já em sua forma adequada; e quando se tentar compreender essa gênese, que em si não é um processo teleológico, a partir do seu resultado. E isso vale não apenas para essa relação fundamental (LUKÁCS; 1979b; 17-8).

Lukács explica desta maneira, ainda incipiente, o procedimento (“método”) marxiano de apreensão, compreensão e explicação da realidade histórico social. Esse procedimento é apresentado como resposta aos equívocos existentes nas formas de “separação entre a realidade existente em-si como processo e os modos de seu conhecimento” (LUKÁCS; 1979b; 18). A localização das categorias que compõe a totalidade da realidade histórico-social como meio de conhecer as estruturas sociais anteriores e sua posterior superação em detrimento a novas sociedades que se sobrepõem. Sendo as últimas e mais complexas e desenvolvidas a chave para a compreensão das mais antigas ou simples.

“A sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. Portanto, as categorias que expressam suas relações e que possibilitam a compreensão da sua estrutura e nas relações de produção de todas as formas passadas de sociedade, sobre cujas ruínas e com cujos elementos a sociedade burguesa foi construída, e das quais ela traz consigo resíduos parcialmente ainda não superados, enquanto aquilo que estava apenas esboçado desenvolveu-se em toda a sua significação, etc. A anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco. Ao contrário, o que nas espécies animais inferiores esboça algo superior só pode ser compreendido se a forma superior já for conhecido. A economia burguesa fornece assim a chave para a economia antiga, etc.” (MARX *apud* LUKÁCS; 1979b; 18).

Com isso, Lukács demarca o exato procedimento marxiano em contraposição as filosofias anteriores, em especial, a filosofia idealista hegeliana.



# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

A ilusão idealista de Hegel surge [...] precisamente porque o processo ontológico do ser e da gênese é aproximado em demasia do processo (necessário no plano cognoscitivo) da concepção; aliás, esse último chega mesmo a ser entendido como um substituto, até mesmo como uma forma ontologicamente superior com relação ao primeiro (LUKÁCS; 1979b; 18).

Esta necessária, porém, rápida exposição, é importante para auxiliar a melhor compreensão da complexa

relação ontológica entre natureza e sociedade, deparamo-nos com o fato de que as leis da natureza, tanto orgânica quanto inorgânica, constituem, em última instância (no sentido da modificação fundamental da sua essência), uma base *ineliminável* das categoria sociais (LUKÁCS; 1979b; 18-9).

A partir deste ponto, Lukács coloca que somente a partir “de um conhecimento pelo menos imediatamente correto das propriedades reais das coisas e processos é que a posição teleológica do trabalho pode cumprir sua função transformadora” (LUKÁCS; 1979b; 19). Desta forma, a transformação posta pelo trabalho sobre algo em estado natural, que faça surgir coisas análogas à natureza não modifica a situação exposta acima. Para que esta mudança se concretize é necessário dar sentido social ao material modificado, é preciso lhe atribuir valor de uso. Este valor de uso é algo radicalmente novo em relação à matéria da natureza, mesmo que continue a ser material, é matéria com valor de uso atribuído, constituído para determinada finalidade social. O valor de uso é algo histórico-socialmente constituído a partir da relação do homem com a natureza (LUKÁCS; 1979b; 19).

Proporcionada pelo por teleológico, a objetivação humana oferece sentido de uso, o que no processo histórico, passará a apresentar também o “valor de troca no qual, se considerado isoladamente, desaparece toda a objetividade natural, como diz Marx, o que ele possui é uma ‘objetividade espectral’” (LUKÁCS; 1979b; 19). E continua explicando que Marx ironiza contra alguns economistas: “Até agora nenhum químico conseguiu descobrir valor-de-troca em pérolas ou diamantes” (MARX *apud* LUKÁCS; 1979b; 19). Essa construção histórico-social, pautada na dupla transformação na relação homem e natureza pressupõe a alteração nas bases de “objetividades naturais socialmente transformadas (não há valor-de-troca sem valor-de-uso, etc.)” (LUKÁCS; 1979b; 19). Desta maneira, as bases para o desenvolvimento do ser está formada, ou seja o conjunto de

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

categorias sociais sustentam o terreno para o desenvolvimento concreto material de produção e reprodução do ser social desde “sua gênese a partir do ser da natureza, mas também se reproduz constantemente nesse quadro e não pode jamais se separar de modo completo – precisamente em sentido ontológico – dessa base” (LUKÁCS; 1979b; 19).

Lukács ressalta a importância sobre a expressão “jamais de modo completo”, por entender, a partir das colocações marxianas, que no curso do aperfeiçoamento do ser social as

determinações naturais puras” passam pelo processo de substituição pelas “formas ontológicas mistas, pertencentes à naturalidade e à sociabilidade (basta pensar simplesmente nos animais domésticos), explicitando ulteriormente – a partir dessa base – as determinações puramente sociais (LUKÁCS; 1979b; 19).

Com o exposto até aqui, percebe-se que Lukács procurou demonstrar de maneira detalhada, o fato de na elaboração filosófica marxiana ser “indissolúvel a unidade do materialismo na ontologia”, portanto, “Marx falou de uma ciência unitária da história muito antes que essa desenvolvesse efetivamente tais tendências” (LUKÁCS; 1979b; 20). Portanto, o que Lukács pretendeu com esta análise aqui apresentada, foi que:

Aqui, porém, queremos sublinhar que a fundação de uma ontologia materialista da natureza, que compreenda em si a historicidade e a processualidade, a centralidade dialética, etc., já está implicitamente contida no fundamento metodológico da ontologia marxiana (LUKÁCS; 1979b; 20).

Assim Lukács delimita e explica a nova representação filosófica na história da filosofia, assim como da ciência e do fazer ciência, a partir do rigor processual de compreensão da realidade concreta partindo da concepção de Marx. “Ele jamais pretendeu criar expressamente um método filosófico próprio ou, menos ainda, um sistema filosófico” (LUKÁCS; 1979b; 20). Lukács Conclui que, de fato, o que Marx fez, foi combater o idealismo filosófico de Hegel e de seus discípulos na década de 1840. Após o insucesso da revolução de 1848, Marx se deteve através dos estudos econômicos, a partir das categorias que compõem a totalidade da produção, demonstrar de maneira científica, inclusive combatendo a economia clássica lógica-gnosiológica, que pelo estudo econômico alcançasse a totalidade do sistema de organização social através do conjunto de categorias

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

necessárias ao processo de produção e reprodução humana. Conforme os procedimentos que compõem o procedimento ontológico imanente, esta postura é procedimento marxiano não foi, talvez, bem apreendido e assimilado por seus seguidores e admiradores, fato que os levou a classificar Marx como economista, não se levando em conta, ou mesmo abandonando, seus traços filosóficos primários que permeiam toda sua produção teórica.

Conclusão que se funda sobre manifestações puramente exteriores, sobre a metodologia imperante na segunda metade do século XIX, que estabelecia uma oposição mecanicamente rígida entre filosofia e ciências singulares positivas, degradando, com isso, a própria filosofia à ciência particular, enquanto fundada exclusivamente sobre a lógica e a gnosiologia. Segundo esses critérios, a economia do Marx maduro aparece à ciência burguesa, mas também aos seguidores do marxismo por ela influenciados, como uma ciência particular, em contraste com as tendências filosóficas do seu período juvenil. E, também mais tarde, houve quem, sob a influência do subjetivismo existencialista, construísse um contraste entre os dois períodos da produção marxiana (LUKÁCS; 1979b; 21).

Neste sentido, em entrevista concedida ao Leonardo Konder e publicada em 1978 o próprio Lukács explica a problemática e aponta a direção que entende ser necessária ao marxismo:

Para ser mais exato, a introdução à *Ética*, que leva o título de Ontologia do Ser Social. A elaboração da ontologia do marxismo me parece ser uma tarefa filosófica básica para nós. O desenvolvimento de um sistema de categorias capaz de dar conta da *realidade do real* (se me permite a expressão) é imprescindível para que os marxistas enfrentem de maneira justa os equívocos difundidos em torno do caráter *materialista* do marxismo, é imprescindível para que os marxistas aprofundem a crítica das posições existencialistas e das posições neopositivistas. Devemos desenvolver uma ontologia marxista capaz de determinar mais concretamente a unidade do materialismo histórico e do materialismo dialético. À base de uma concepção que seja historicista sem cair no relativismo e que seja sistemática sem ser infiel à História. Enquanto não nos desincumbirmos dessa tarefa, os marxistas estarão deficientemente preparados para enfrentar as tendências irracionais de tipo marcusiano, por exemplo, ou as posições racionalistas formais difundidas pelos neopositivistas e especialmente pelos estruturalistas. Aliás, o irracionalismo o racionalismo formal podem ser rapidamente combinados, conforme as necessidades do combate movido pela ideologia burguesa contra a razão dialética (LUKÁCS; 1978; 22).

Desta forma, Lukács esclarece a importância em se desenvolver a Ontologia do Ser Social, partindo do ser existente e da realidade construída a partir de sua relação com o meio, mediada pela categoria trabalho. Para o real entendimento do ser, é necessária uma

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

forma de produção do conhecimento que valorize várias esferas do ser (sua história, relações sociais, o trabalho, entre outras), várias categorias que compõem a categoria da totalidade. É necessária uma ciência mais abrangente, que não a divida em ciências particulares, menos fragmentada e mais objetiva. Uma ciência que valorize o real e que pesquise os problemas reais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lukács, a partir do contato com os Manuscritos econômicos-filosóficos na década de 30 do século passado, identifica na obra marxiana, que o filósofo alemão em suas elaborações captura a realidade através de procedimentos imanentes localizados no interior de uma ontologia, que, permite a elaboração de compreensão/explicação da realidade histórico-social, esse conjunto constitui a Ontologia do Ser Social.

Nela Marx apreende a realidade histórico-social a partir de procedimentos que o aproxime ao máximo do concreto, com este movimento o autor oportuniza o rompimento da subordinação da ontologia a epistemologia e a inverte, ou seja, subordina a epistemologia à ontologia. Os processos epistemológicos são importantes e necessários para o processo de produção do conhecimento, entretanto, na perspectiva da Ontologia do Ser Social, os procedimentos ontológicos subordinam os procedimentos epistemológicos nos processos de produção do conhecimento. Ou seja, o mundo, a realidade histórico-social não é produto do meu pensamento ao contrário, o meu pensamento é produto do mundo, das coisas, ou seja, não é a minha cabeça que organiza o mundo, primeiramente o mundo organiza a minha cabeça e neste movimento, permite que minha cabeça o reproduza intelectualmente. É aqui, que o momento ontológico subordina o momento epistemológico no processo do conhecimento.

A partir da identificação por Lukács deste movimento marxiano, procurei demonstrar, neste reduzido espaço, insuficientemente, o percurso lukácsiano até o reconhecimento de sua compreensão acerca do idealismo ontológico de Hegel e sua superação em detrimento a Ontologia do Ser Social de Marx. Pois, Lukács ao identificar a Ontologia do Ser Social na obra marxiana, atribui a ela superioridade em relação à filosofia

# Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

anterior ao compreender o movimento de inversão que Marx realiza no campo filosófico. Enquanto Hegel idealiza um ser vazio, indeterminado que atua no mundo através da ideia. Marx promove a inversão do sistema hegeliano, partindo do concreto, do real, do processo material e histórico promovidos pelo ser social determinado e objetivo.

Mesmo sendo de conhecimento um conjunto de críticas realizadas sob problemas teóricos em torno às elaborações de Lukács por vários de seus estudiosos, comentadores e adversários, não se pode menosprezar sua importância na história do marxismo. Menos ainda, deixar de dedicar o devido reconhecimento de ter sido o primeiro a reconhecer a Ontologia do Ser Social na obra marxiana, se movimentar no sentido de oferecer uma nova leitura e abordagem da obra de Marx e de ser um dos precursores na realização a crítica interna ao movimento comunista de seu tempo.

## Referencia Bibliográfica

CHASIN, J. Estatuto Ontológico e resolução Metodológica. São Paulo/SP: Boitempo, 1ª edição, 2009.

LUKÁCS, György. Pensamento vivido: autobiografia em diálogo: entrevista a István Eörsie Erzsébet Vesér. Tradução Cristina Alberta Franco. São Paulo/SP: Estudos e edições Ad Hominem: Viçosa/MG: Editora da UFV, 1999.

LUKÁCS, György. Ontologia do ser social: A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel. Tradução Carlos Nelson Coutinho; revisão de Antônio Elias Ribeiro. São Paulo/SP: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979a.

LUKÁCS, György. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução Carlos Nelson Coutinho; revisão de Antônio Elias Ribeiro. São Paulo/SP: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979b.

LUKÁCS, György. A autocrítica do marxismo. In. Temas de Ciências Humanas. Entrevista concedida a Leandro Konder e publicada no Jornal do Brasil. São Paulo/SP: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, p. 19-25, 1978.